

Disal Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 30 de junho de 2021



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2021	15

Relatório da Administração

Aos cotistas:

Submetamos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2021, da Disal Administradora de Consórcios Ltda, e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Sociedade tem como atividade preponderante a administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em 30 de junho de 2021 a empresa administrava 509 grupos de consórcios (518 em 31 de dezembro 2020), e sua carteira de consorciados ativos era de 183.445 (198.544 em 31 de dezembro de 2020) e haviam sido entregues 11.353 bens (14.520 em 30 de junho 2020).

O patrimônio líquido em 30 de junho 2021 era de R\$ 90.316 (R\$ 113.621 em 31 de dezembro de 2020).

O lucro líquido em junho de 2021 foi de R\$ 46.980 (R\$ 28.201 em 30 de junho de 2020).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Quotistas e Administradores da
Disal Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Disal Administradora de Consórcios Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, como também a demonstração consolidada dos recursos de consórcio (“Grupos”) em 30 de junho de 2021 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Disal Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, como também as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2021 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às administradoras de consórcios autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, (BACEN), pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2021.



Thiago Benazzi Arteiro
CT CRC 1SP-273.332/O-9

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

DISAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

CNPJ/MF nº 59.395.061/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Disal Administradora de Consórcios Ltda. (Sociedade) foi constituída em julho de 1988, e sua sede está localizada na cidade de São Paulo – SP.

A Sociedade tem como atividade preponderante à administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis.

A moeda funcional da Sociedade é o Real.

Em atendimento à Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil (Bacen), a Sociedade mantém atendimento ao padrão de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e também apresentava, em 30 de junho de 2021, adequação com vistas ao limite operacional, correspondendo ao confronto do PLA (com um multiplicador de seis (06) vezes), com o somatório do passivo exigível da Administradora e das disponibilidades consolidadas dos Grupos de Consórcios.

1.1. Informações relativas ao COVID-19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Administração da Sociedade está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e segue com a implementação de seu plano de contingência para manter a continuidade das atividades em uma situação de normalidade.

Instrumentos financeiros

A Sociedade por regra internas investe apenas em fundos de investimentos de renda fixa com liquidação inferior que D+90 dias do momento do seu resgate, no primeiro semestre o mercado respondeu positivamente para os fundos de renda fixa, confirmando as expectativas dos analistas. Nossos fundos fecharam o semestre com um retorno médio de 122% do CDI.

Dentro das principais ações internas preventivas, no início da pandemia grande maioria dos colaboradores foram submetidos a regime de trabalho em “home office”, que com o passar do tempo foram voltando as atividades normais da empresa com exceção para os funcionários que eram de grupo de riscos que ficaram trabalhando em “home office” por mais tempo.

Outros assuntos

Nesse contexto, a Sociedade continua monitorando os efeitos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do semestre, não foram identificados outros impactos significativos.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas do Bacen, aplicáveis à Sociedade, de acordo com a nomenclatura e classificação padronizadas pelo COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

Até o semestre encerrado em 30 de junho de 2021, o COSIF havia incorporado os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às administradoras de consórcios, quais sejam:

I - Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010;

II - Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010;

III - Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 17 de julho de 2009; e

IV - Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 8 de julho de 2010.

Conforme requerido pelo Bacen, estão sendo apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos.

Em 26 de agosto de 2021, a Diretoria da Sociedade autorizou a emissão das demonstrações contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Obedece ao regime de competência, sendo que, a taxa de administração, consoante determinação do BACEN, é reconhecida quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio e despesa de comissão sobre vendas de cotas é registrada quando da comercialização das cotas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela Sociedade para gerenciar seus compromissos de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários

Representam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstrados aos valores originais, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01, em títulos para negociação, quando aplicáveis, conforme Nota Explicativa nº 4.

d) Imobilizado e diferido

A depreciação dos bens é calculada linearmente, de acordo com estimativas de vida útil dos bens, às taxas detalhadas na Nota Explicativa nº 7.

O Diferido é demonstrado a valores históricos e a amortização é realizada linearmente.

e) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, e são atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com a legislação pertinente.

f) Passivos contingentes

Passivos contingentes - são constituídos considerando a opinião dos assessores jurídicos e da Administração, a causa das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade da causa e o posicionamento do Judiciário, sempre que a perda de uma ação for considerada provável e como provável saída de recursos para liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com segurança suficiente, conforme Nota Explicativa nº 11.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas e aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

g) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

i) Obrigações legais - Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações legais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, cujo reconhecimento nas demonstrações contábeis, depende da avaliação dos assessores legais, acerca da probabilidade de sucesso dos processos.

ii) Composta por provisão para IRPJ e CSLL, impostos e contribuições sobre salários e retenções de tributos federais e previdenciárias.

h) Recursos não procurados

Referem-se aos valores a devolver relativos aos grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela taxa média calculada sobre os respectivos rendimentos gerados pelas aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos dos grupos de consórcios ativos.

i) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A carga tributária sobre o lucro é constituída com base na legislação fiscal vigente. A Sociedade apura a carga tributária sobre o lucro com base na sistemática do Lucro Real. Quando a base de cálculo é positiva, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro ajustado antes do imposto de renda.

2.3. Políticas contábeis adotadas pelos grupos de consórcio

As demonstrações contábeis dos grupos de consórcio foram preparadas consoantes às normas do Bacen:

- a) As demonstrações consolidadas de recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos são preparadas a partir das demonstrações individuais de cada um dos grupos de consórcio;
- b) As aplicações financeiras são demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço, os quais são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários e apropriados em contrapartida as contas específicas em “recursos dos grupos e obrigações por contemplações a entregar”;
- c) Direitos junto a consorciados contemplados - representam os valores a receber referentes às parcelas do fundo comum e de reserva de consorciados já contemplados;
- d) Obrigações com consorciados – representam principalmente o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens;
- e) Valores a repassar – referem-se à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros ainda não repassados a terceiros;
- f) Obrigações por contemplações a entregar – contemplam os valores relativos aos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das correspondentes remunerações das aplicações financeiras;
- g) Recursos a devolver aos consorciados – referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados desistentes e excluídos e a consorciados ativos pelo excesso de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo;
- h) Recursos de grupos – contemplam os valores recebidos a título de fundo de reserva e seus rendimentos financeiros, multas e juros moratórios retidos no grupo, multa rescisória retida, atualização de direitos perante a consorciados contemplados, e atualização das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

Os principais dados apresentados pelos grupos de consórcio são os seguintes nos semestres findos:

	30/06/2021	30/06/2020
Quantidade de grupos administrados	509	573
Taxa de inadimplência	19,21%	19,18%
Quantidade de consorciados ativos	183.445	204.423
Quantidade de bens entregues no semestre	11.353	14.520
Quantidade de bens pendentes de entrega com mais de 30 dias	12.220	12.404

As pendências de entrega estão relacionadas, com o desejo dos consorciados em não retirar o bem no momento da contemplação, não havendo relação com a situação de disponibilidades dos grupos, os quais apresentam capacidade de contemplação.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$ 91 e R\$ 113, respectivamente, corresponde aos valores do caixa e depósitos à vista.

4. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de investimentos quanto à natureza dos títulos é:

	Sociedade		Grupos	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Títulos disponíveis para negociação				
Cotas de fundos de investimentos	97.560	139.648	801.138	761.220
Total das aplicações financeira	97.560	139.648	801.138	761.220

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base na divulgação pelo administrador do fundo, onde os recursos são aplicados.

5. Outros créditos

	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos	1.268	1.594
Antecipação de IRPJ e CSLL	18.765	30.346
Crédito tributário diferido (Nota Explicativa nº 16)	52	395
Impostos a compensar	1.083	1.989
Outras contas a receber (i)	47.736	36.334
Total circulante	68.904	70.658
	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais - Recursos fiscais	171	264
Depósitos recursais em processos trabalhistas	2.651	2.641
Total dos depósitos judiciais	2.822	2.905
Outros depósitos	599	499
Total – não circulante	3.421	3.404

(i) O saldo é composto taxa de administração a repassar, bloqueios judiciais, aporte da administradora nos grupos e cotas adquiridas pela Administradora.

6. Valores pendentes de recebimento e recursos não procurados - grupos encerrados

Representam os recursos a devolver aos consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, sacados pela Sociedade e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados. Os recursos disponibilizados a partir de setembro de 2009 são atualizados pela taxa média calculada sobre os respectivos rendimentos gerados pelas cotas dos fundos de investimento dos grupos de consórcios ativos e os recursos disponibilizados anterior a essa data são remunerados pela rentabilidade líquida auferida nas aplicações em fundo de investimento abertos mantidos pela Administradora. Sobre esses recursos a Sociedade apropria a taxa de permanência prevista nos contratos dos consorciados.

Em 30 de junho de 2021, a Sociedade possuía o saldo de R\$ 36.596 (R\$ 42.686 em 31 de dezembro de 2020) referentes a recursos pendentes de recebimento de grupos encerrados, registrados em igual valor e contras-partidas no ativo e passivo não circulante, e de R\$ 36.540 (R\$ 35.511 em 31 de dezembro de 2020) referentes a recursos não procurados de grupos encerrados, registrados como obrigações no passivo circulante.

7. Imobilizado de uso

	Terrenos	Imóveis de uso	Instalações	Móveis e Equip. de uso	Equip. de Informática	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	828	240	1.155	570	817	3.610
Adições	-	-	-	4	54	58
Baixas	-	-	-	(11)	(137)	(148)
Saldo em 30 de junho de 2021	828	240	1.155	563	734	3.520
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(171)	(710)	(341)	(634)	(1.856)
Adições	-	(1)	(40)	(20)	(23)	(84)
Baixas	-	-	-	9	136	145
Saldo em 30 de junho de 2021		(172)	(750)	(352)	(521)	(1.795)
Imobilizado líquido em 31/12/2020	828	69	445	229	183	1.754
Imobilizado líquido em 30/06/2021	828	68	405	211	213	1.725
Vida útil média estimada (anos)		25	10	10	5	

8. Diferido

Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	327
Adições	-
Baixas	(327)
Saldo em 30 de junho de 2021	-
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(264)
Adições	-
Baixas	264
Saldo em 30 de junho de 2021	-
Intangível líquido em 31 de dezembro de 2020	64
Intangível líquido em 30 de junho de 2021	-
<hr/>	
Geração de fluxo de caixa estimado (anos)	5

9. Obrigações fiscais e previdenciárias

Circulante	30/06/2021	31/12/2020
Tributos sobre lucro	23.706	38.044
PIS e Cofins a recolher	3.161	4.248
Encargos sociais a recolher	391	544
Retenções a recolher	208	282
Imposto Sobre Serviços (ISS)	1.316	1.459
Total	28.782	44.577

10. Obrigações diversas

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para férias e 13º salário com encargos	1.925	1.520
Seguros a pagar	7	8
Comissões a pagar	2.013	2.311
Fornecedores diversos	866	960
Recebimento para Re-rateio	7.581	5.770
Contas a pagar	1.063	1.048
Consignado a repassar	26	28
Total	13.481	11.645

11. Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhista, cível, fiscal e indenizatória/revisionais, sendo essas últimas movidas por consorciados que reclamam o direito de receber valores que julgam serem devidos pelos grupos de consórcio e pela Sociedade.

Os passivos contingentes representados pelos processos judiciais e administrativos estão representados, por natureza, tipo de risco de perda e valor atribuídos pelos assessores legais da Sociedade da seguinte forma:

A movimentação dos processos por natureza está demonstrada a seguir.

	Natureza			Total
	Trabalhista	Cível	Fiscal	
Valores em 31 de dezembro de 2020	2.390	743	106	3.239
Adições	30	4.210	-	4.240
Baixas	(43)	(4.220)	-	(4.263)
Valores em 30 de junho de 2021	2.377	733	106	3.216

Em 30 de junho de 2021, as ações classificadas pelos assessores jurídicos da Sociedade como risco de perda possível totalizaram R\$ 21.790 (R\$ 20.363 em 31 de dezembro de 2020).

12. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social é constituído por 41.100 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizadas.

13. Outras despesas administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Energia e água	47	48
Aluguéis	652	249
Comunicação	2.363	285
Assessorias e honorários	4.549	735
Material expediente	13	17
Processamento de dados	2.263	5.292
Depreciação e amortização	181	232
Manutenção e conservação	105	73
Transportes e estacionamento	4	51
Propaganda	11.439	11.253
Viagens	328	382
Despesas para custas judiciais	72	3.142
Outras provisões	30	399
Representação	1	36
Comissão	62.231	48.066
Custo Central de atendimento	4.017	6.199
Outras (valores individuais abaixo de R\$ 150)	981	1.415
Total	89.276	77.874

14. Outras despesas administrativas CSC

No ano de 2017, o Grupo Disal implantou o CSC (Centro de Serviço Compartilhado), conforme contrato de rateio de custos e despesas, onde as despesas relacionadas à Sociedade estão demonstradas no quadro abaixo:

30/06/2021 30/06/2020

Despesas com pessoal	3.220	6.721
Aluguéis	88	239
Assessorias e honorários	594	1.155
Material expediente	11	58
Processamento de dados	552	593
Depreciações e amortizações	27	30
Conservação e manutenção	162	166
Comunicação	222	222
Energia, telefones e água	116	102
Relações públicas	3	50
IPTU	-	35
Assinaturas diversas	2	18
Copa e cozinha	13	12
Impostos sobre importação	3	1
Cartório	4	2
Outras (valores individuais abaixo de R\$ 150)	27	112
Total	5.044	9.516

15. Outras receitas não operacionais

No semestre findo em 30 de junho de 2021 o resultado de R\$ 34.851 (R\$ 24.647 em 30 de junho de 2020) refere-se substancialmente a apropriação de recursos não procurados, recebimento de multas e juros de mora por atraso, taxas contratuais na liberação do bem e multas rescisórias cobradas no caso de desistência de consorciados.

16. Impostos de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do exercício considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro após participações	71.030	42.596
Adições e exclusões temporárias	(1.009)	(279)
Adições temporárias	86.116	75.921
Reversão de adições temporárias	87.125	76.200
Adições e exclusões permanentes	0	23
Despesas indedutíveis	0	23
Base de cálculo	70.021	42.340
Total de imposto de renda e contribuição social	24.050	14.395
Imposto de renda e contribuição social – valores correntes	23.795	14.383
Deduções incentivos fiscais	(88)	(83)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	343	95

17. Impostos de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição Social sobre o lucro diferidos foram calculados sobre as diferenças temporárias em atendimento à legislação tributária, reconhecidos nas demonstrações contábeis. Na avaliação da Administração da Sociedade, considerando as informações disponíveis, a realização futura dos créditos tributários será:

QUADRO COM A PROJEÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS ADIÇÕES TEMPORÁRIAS						
Descrição	SALDO 30.06.21	PROJEÇÃO DE REALIZAÇÃO				
		2021	2022	2023	2024	2025
Adições/Exclusões	52	53	55	57	57	61
Provisão p/ Participação nos Lucros	(366)	(377)	(388)	(400)	(412)	(424)
Provisão p/ Contingências	(124)	(128)	(132)	(136)	(140)	(144)
Provisão p/ Riscos Fiscais	(48)	(50)	(51)	(53)	(54)	(56)
Provisão p/ Passivos Trabalhistas	(97)	(100)	(103)	(107)	(110)	(113)
Outras Provisões	688	708	730	752	774	797

18. Remuneração da alta administração

O pessoal da alta Administração inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos. A remuneração paga ou a pagar por serviços está representada por honorários e gratificações que atingiram o montante de R\$ 585 (R\$ 36 em 30 de junho de 2020).

19. Gerenciamento de riscos

A identificação e avaliação de riscos constitui uma preocupação constante da Sociedade e é efetivada por áreas estratégicas da Sociedade. Os processos de validação dos modelos de precificação e teste de estresse é feito o estudo dos planos de comercialização, instrumento pelo qual se viabiliza a precificação de nosso produto. Neste estudo, que conta com a aprovação das áreas estratégicas, são consideradas todas as variáveis do processo do negócio.

* * *